

Mesmo sem ter estado num fórum ou tribunal, você tem muito a ver com a Justiça Estadual. A Constituição deu muitas tarefas para os Juízes Estaduais - de primeiro e segundo graus. São eles que punem o desrespeito ao meio ambiente e as ofensas às pessoas em razão de crenças políticas e religiosas. Talvez você não conheça muitos juízes, afinal é raro vê-los nas ruas. Normalmente eles estão trabalhando. Quase sempre levam processos para casa, ou seja, uma montanha de casos para decidir. Conheça mais sobre aquele que tem a missão de fazer valer os seus direitos!

# 10 verdades

que você precisa saber sobre os

## Juízes de SP

- ✓ **Trabalham muito.** Em 2009, 2 mil juízes de SP proferiram mais de 5 milhões de sentenças e os desembargadores quase 1 milhão de decisões. Além disso, os magistrados presidiram mais de 1 milhão e meio de audiências. Para comparar: um ministro da Suprema Corte dos EUA julga 100 processos por ano;
- ✓ **Os juízes e suas famílias enfrentam imensos riscos.** Afinal, julgam desde os crimes mais leves até os mais graves, incluindo os chamados hediondos;
- ✓ **Analisam e decidem sobre as questões mais complexas,** como os casos de família, sucessões, falência e infância e juventude;
- ✓ **Controlam a constitucionalidade de leis estaduais e municipais.** Se o legislador editar leis contrárias à Constituição, os tribunais de justiça impedem sua aplicação;
- ✓ **Cuidam do cumprimento das penas de 99% dos presos,** uma vez que quase todo o sistema prisional é estadual;
- ✓ **Regulam os serviços notariais e de registros.** São eles que fiscalizam os cartórios e apuram se os seus direitos são respeitados;
- ✓ **Fiscalizam as eleições** e punem candidatos que tentam comprar votos ou praticam qualquer outro crime eleitoral;
- ✓ **Decidem sem burocracia nos juizados especiais estaduais,** punindo, por exemplo, empresas que desrespeitam os direitos do consumidor;
- ✓ **Julgam a maior parte dos maus administradores públicos** que não respeitam as leis;
- ✓ **São muitas vezes o último recurso** para se obter o reconhecimento de direitos essenciais, como o amplo acesso à saúde.